



# Revista de Processo

## São Paulo, n. 254, abr. 2016

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ A processualização da desconsideração da personalidade jurídica  
*José Tadeu Neves Xavier*
- ◆ Apontamentos para a tutela provisória (urgência e evidência) no novo Código de Processo Civil brasileiro  
*Antônio Pereira Gaio Júnior*
- ◆ Modificações no novo Código de Processo Civil pela Lei 13.256/2015. O que John Rawls e Richard Posner pensariam a respeito?  
*Erik Navarro Wolkart*
- ◆ Notificação da ação individual para efeitos coletivos no novo CPC brasileiro - alguns aspectos jurídicos  
*Artur César de Souza*
- ◆ Pré-questionamento: breve análise dos precedentes das súmulas 282 e 356 do STF  
*Renata Cristina Lopes Pinto Martins*
- ◆ Reconfigurações do processo à luz do constitucionalismo contemporâneo: a boa-fé objetiva como condição funcional do modelo processual do estado democrático de direito e sua incidência sobre o novo Código de Processo Civil  
*Nestor Eduardo Araruna Santiago, Jair Pereira Coitinho*
- ◆ Ato-fato processual: reconhecimento e consequências  
*Eduardo Luiz Cavalcanti Campos*
- ◆ A resignificação do princípio do acesso à justiça à luz do art. 3.º do CPC/2015  
*Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Maria Martins Silva Stancati*
- ◆ Da admissibilidade dos negócios jurídicos processuais no novo Código de Processo Civil: aspectos teóricos e práticos  
*João Paulo Lordelo Guimarães Tavares*
- ◆ Solidariedade passiva: o direito potestativo do(s) credor(es) e dos devedores à formação do litisconsórcio passivo  
*Gabriel Araújo Gonzalez*

- ◆ Eficácia executiva das decisões judiciais e extensão da coisa julgada às questões prejudiciais; ou o predomínio da realidade sobre a teoria em prol da efetividade da jurisdição  
*Paulo Henrique dos Santos Lucon, Ronaldo Vasconcelos, André Gustavo Orthmann*
- ◆ As hipóteses de tutela de evidência previstas no novo CPC  
*Leonardo de Souza Naves Barcellos, Julia Lins das Chagas Lima*
- ◆ O contraditório no processo estatal e nas relações entre particulares  
*João Bosco Maciel Junior*
- ◆ A evolução do conceito de reformatio in peius e a sua proibição no sistema recursal do processo civil  
*Ernesto José Toniolo*
- ◆ O cheque e o princípio da cartularidade no processo digital  
*Carlos Alberto Scabelli, Guilherme Ferreira Rossetto, Marco Antonio Barbosa*
- ◆ A jurisprudência defensiva no STJ à luz dos princípios do acesso à justiça e da celeridade processual  
*Gustavo Fávero Vaughn*
- ◆ O processo civil entre a resolução de conflitos e a formatação de condutas: breves considerações sob a ótica do direito comparado  
*André Luiz Arnt Ramos*
- ◆ A flexibilização procedimental: uma comparação entre os sistemas jurídicos brasileiro, inglês e português  
*Taynara Tiemi Ono*
- ◆ Arbitragem envolvendo a administração pública: notas sobre as alterações introduzidas pela Lei 13.129/2005  
*Carmen Tiburcio, Thiago Magalhães Pires*
- ◆ O conteúdo da extraordinaria cognitio romana, com suas condições da ação e pressupostos  
*Francisco da Silva Caseiro Neto*



# Revista de Processo

## São Paulo, n. 255, maio 2016

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ A coletivização das demandas individuais no NCPC e sua convivência com as demandas coletivas  
*Gustavo Nogueira*
- ◆ Interesse processual: anotações conceituais, revisitação de um instituto no CPC 2015 e reflexos nas ações coletivas  
*Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Naony Sousa Costa*
- ◆ La direttiva 2014/104/UE e il suo impatto sul processo civile italiano  
*Angelo Danilo de Santis*
- ◆ A legitimação pela fundamentação: anotação ao art. 489, § 1.º e § 2.º, do novo Código de Processo Civil  
*Felipe Scalabrin, Gustavo Santanna*
- ◆ Os paradoxos do Código de Processo Civil: elementos para uma análise metanormativa  
*Luiz Sérgio Fernandes de Souza*
- ◆ Streck, Fonseca Costa, Kahneman e Tversky: todos contra o ativismo judicial probatório de Michele Taruffo  
*Lúcio Delfino, Elton Venturi*
- ◆ Desconsideração da personalidade jurídica no CPC-2015  
*Gelson Amaro de Souza*
- ◆ Os référés no ordenamento francês  
*Giovanni Bonato, Pedro Gomes de Queiroz*
- ◆ O efeito translativo na barca de caronte  
*Rennan Faria Krüger Thamay, Rafael Ribeiro Rodrigues*
- ◆ Ofensa reflexa à constituição e o redirecionamento dos recursos especial e extraordinário previsto nos arts. 1.032 e 1.033 do NCPC  
*Luiz Henrique Cezare*
- ◆ Os circuits do direito processual francês e a possibilidade de sua adoção pelo ordenamento jurídico brasileiro  
*Caroline Dal Poz Ezequiel*

- ◆ Evolução legislativa da fase de saneamento e organização do processo  
*Heitor Vitor Mendonça Sica*
- ◆ Interpretação jurídica e dever de fundamentação das decisões judiciais no novo Código de Processo Civil  
*Cláudio Ari Mello*
- ◆ Teoria das nulidades processuais no direito contemporâneo  
*Antonio do Passo Cabral*
- ◆ A autonomia da lide de urgência no novo Código de Processo Civil (ou um tributo a Alcides Munhoz da Cunha no CPC/2015)  
*Frederico Augusto Gomes*
- ◆ O novo Código de Processo Civil e os meios de obtenção de tutelas provisórias na fase recursal – breves comentários sobre as inovações trazidas pelo novo ordenamento.  
*Leonardo Fernandes Ranña*
- ◆ O problema da “representação processual” das associações civis na tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos segundo a doutrina de Alcides Alberto Munhoz da Cunha e a atual orientação do Supremo Tribunal Federal  
*Elton Venturi*
- ◆ Arbitragem no novo Código de Processo Civil: aspectos práticos  
*Bruno Guimarães Bianchi*
- ◆ Reflexões sobre a relativização da coisa julgada no novo Código de Processo Civil  
*Luis Alberto Reichelt*
- ◆ Jurisprudência e precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil – demandas repetitivas  
*Humberto Theodoro Júnior*